



# Anais da Assembléia

Nº 94

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 78.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1989.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado José Afonso Júnior secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Aníbal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, José Felinto, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur e Vera Agibert (33). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Antônio Bárbara, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (20). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)  
Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requero verificação de votação da Ata.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito a chamada nominal dos Senhores

Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

21 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há quorum para prosseguimento da sessão.

Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 74/89

Curitiba, 12 de outubro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, possa celebrar convênio com a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, nos termos da anexa minuta, visando à realização de obras de infra-estrutura para a construção de um estaleiro naval em Paranaguá.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e a conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Convênio que entre si fazem a Empresa de Portos do Brasil S/A. PORTOBRÁS e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA, com interveniência da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná.

A EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A. PORTOBRÁS, empresa de direito privado, vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede no Setor das Autarquias Sul, Quadra 01, Blocos D e F, Brasília - DF, CGC/MF n. 33.640.998/00001-02, daqui por diante denominada PORTOBRÁS, neste ato re-

presentada por seu Presidente CARLOS THEOPHILO DE SOUZA E MELLO e por seu Diretor FERNANDO ANTONIO MIRANDA, devidamente autorizados pela Diretoria, na Ata de reunião n. 626 realizada em 15 de março de 1989, e a Administração dos Portos de Paranaguá - PR, CGC n. 79621439/001-91, daqui por diante denominada APPA, neste ato representada por seu Diretor-Superintendente FRANCISCO DELIBERADOR NETO, devidamente autorizado pelo Governador, com interveniência da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, daqui por diante denominada Secretaria, neste ato representada pelo seu Secretário Heinz G. Herwig, firmam o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer obrigações entre as partes Convenientes, visando a realização de obras de infra-estrutura para a construção de um estaleiro naval em Paranaguá - PR, em área da Administração do Porto de Paranaguá conforme projeto e especificações aprovados pela PORTOBRÁS e pelo Concessionário.

#### Cláusula Segunda - OBRIGAÇÕES

##### I - Compete à PORTOBRÁS:

a) autorizar à APPA a transferir o saldo da conta "Fundo de Compensação" indisponível, até o montante NCz\$ 13.000.000,00 (Treze milhões de cruzados novos), no exercício de 1989, em parcelas sucessivas dependendo das respectivas disponibilidades para a conta vinculada a ser aberta pela PORTOBRÁS na agência do Banco do Brasil em Paranaguá, intitulada "Convênio n. PORTOBRÁS - APPA";

b) contratar as obras e serviços de acordo com a "NORMA DE CONTRATAÇÃO", aprovada pela Deliberação n° 029/87, de 30 de outubro de 1987, publicada no D.O.U. em 21.07.88, que é de conhecimento da APPA;

c) realizar a coordenação, a gerência e a fiscalização das obras através de uma Comissão Mista composta de três membros, sendo dois deles representantes da PORTOBRÁS e um representante da APPA.

##### II - Compete à APPA:

a) repassar os recursos da conta "Fundo de Compensação" para a conta aberta de acordo com item I letra "a" para o atendimento do objeto deste Convênio;

b) participar com um membro na Comissão Mista de Fiscalização, responsável pela fiscalização das obras objeto deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTA VINCULADA "CONVÊNIO PORTOBRÁS - APPA"

A Conta Vinculada "Convênio PORTOBRÁS - APPA, aberta na agência do Banco do Brasil, em Paranaguá, será corrigida monetariamente.

Parágrafo Único. A manutenção desta conta fica condicionada à assinatura dos três membros da Comissão Mista de Fiscalização e, única e exclusivamente, para pagamento de obras-serviços ou aquisição decorrentes do objeto deste Convênio.

#### Cláusula Quarta - VALOR

O valor global do presente Convênio é de NCz\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzados novos), para o corrente exercício, que serão utilizados da conta "Fundo de Compensação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, com autorização da PORTOBRÁS, por serem indisponíveis. Os bens decorrentes da aplicação desses recursos fazem parte integrante do Capital da União.

#### Cláusula Quinta - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Comissão Mista de Fiscalização subordinada a PORTOBRÁS, prestará contas mensalmente dos recursos utilizados, através de relatório, em duas vias, que deverá constar:

- a) balancete financeiro;
- b) extrato e conciliação bancária;
- c) cópia dos contratos;
- d) relação dos pagamentos efetuados.

Parágrafo Único. A prestação de contas será encaminhada à Diretoria de Engenharia da PORTOBRÁS, com cópias para a Inspeção Fiscal de Paranaguá e para o Departamento de Auditoria.

#### Cláusula Sexta - RESCISÃO

Constituir-se-á motivo para a rescisão deste Convênio, a utilização dos recursos financeiros em finalidades diversas daquela prevista na Cláusula Primeira, deste Instrumento.

#### Cláusula Sétima - VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de sua assinatura.

#### Cláusula Oitava - FORO

As questões, divergências ou dúvidas suscitadas durante a vigência deste Convênio, serão dirimidas sempre que possível, pela autoridade administrativa competente.

E, por estarem de pleno acordo, as partes Convenientes assinam o presente Convênio, juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília, de de 1989.

(aa) CARLOS THEOPHILO DE SOUZA E MELLO

Presidente  
FERNANDO ANTONIO DE MIRANDA  
PORTOBRÁS

HEINZ GEORG HERWIG  
Secretário dos Transportes do Paraná  
FRANCISCO DELIBERADOR NETO  
Diretor-Superintendente APPA

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 2263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução n. 58/89.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N° 2265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 226/89 e 281/89, ambos de autoria do Tribunal de Justiça, e que tratam dos interesses dos funcionários daquele Poder.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) PEDRO TONELLI

## REQUERIMENTO N° 2262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora DIRCE D'AMICO VOLPI, esposa do Senhor Renato Volpi, ocorrido nesta Capital.

Membros de tradicional família, a extinta deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, também, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

## REQUERIMENTO N° 2239

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações pela passagem do centenário de Fundação de Almirante Tamandaré.

Banhada pelo Barigüi, Passaúna, Conceição, Ouro Fino e Capivara, Almirante Tamandaré foi a terra generosa que acolheu indistintamente a italianos, alemães, japoneses, poloneses e outros, franqueando

seu solo generoso e suas reservas minerais fartas, d'onde extraiu-se tanto calcário para a construção deste grande Paraná. Também como o calcário, duro, concreto, é o caráter do povo tamandarense, que incansável, empresta sua força para o desenvolvimento, para o crescimento, a pujança. O trabalho do povo determinado de Almirante Tamandaré abre esta porta para o futuro, ignorando as incertezas e adversidades que só aos fracos pode derrubar.

Desde a fundação da Freguesia do Pacotuba, denominação primitiva de Almirante Tamandaré, o seu povo não fugiu e não vacilou diante da sua sina de progresso e valor. Diante disso, Tamandaré constituiu-se hoje, em um dos mais importantes pólos de desenvolvimento do Paraná, que muito se deve, aos administradores e representantes que o seu povo, sabiamente, soube escolher.

Assim é Tamandaré, inestimável, gigante, indispensável para o Paraná.

Nesta data, da comemoração dos cem anos de Almirante Tamandaré, é momento para expressão do nosso orgulho em ser, na Assembléia Legislativa, o representante dessa comunidade, o porta-voz de uma gente forte, imperativa, dedicada, de fibra, com os pés no presente e os olhos no futuro que, aos poucos, com o braço, o suor e a lágrima de cada um, vai sendo conquistado.

Que do teor do presente, seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Vereadores com assento à Câmara Municipal de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 25.10.89.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 2230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de seus atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pela passagem dos 256 anos de fundação do Município de Morretes, que acontece no dia 31 de outubro do corrente ano.

Outrossim, requer-se seja dada ciência da decisão da Casa, ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Morretes.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

## JUSTIFICATIVA:

Morretes vêm se mantendo ao longo de seus 256 anos de existência, através da produção agrícola local que abastece o mercado de Curitiba e outros estados brasileiros; e principalmente, do turismo que atrai anualmente milhares de pessoas encantados com as belezas naturais que aquele Município têm a oferecer.

Assim sendo, nada mais justo que a nossa homenagem nessa data tão importante para a comunidade que vive e trabalha para

o engrandecimento de Morretes.

# REQUERIMENTO N° 2241

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à poetisa ALICE RUIZ, ganhadora do prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, por "Vice-Versos", da editora Brasiliense.

Mulher de sensibilidade aguda e inteligência viva, Alice Ruiz teve seu livro "Vice-Versos" considerado o melhor no gênero de poesias pela Câmara Brasileira do Livro.

Alice por Alice: "A Lua estava em Libra e o Sol em Aquário, no final do ano do Galo, quando nasci, em casa, de parto natural.

Meu pai veio da Alemanha e minha mãe da Espanha. Tenho também, umas gotas de sangue cigano e outras de bucovino.

Desde que me lembro, quis ser escritora. Comecei aos nove, hoje, aos trinta e oito, não me sinto escritora, só poeta.

Faz tempo que vivo do que escrevo, na propaganda. Também editei e co-editei revistas, escrevi roteiros de histórias em quadrinhos, contos e ensaios.

Morei a minha vida toda em Curitiba, com exceção de dois anos de São Paulo, na infância, e três no Rio, na juventude.

Aos 22 conheci o Paulo Leminski e não deu outra.

Juntos, fizemos o Miguel, a Áurea e a Estrela.

Sou drop-out de cursinhos de vestibular, fiz um pouquinho de teatro e estudei astrologia, por conta própria. Por extensão, me debrucei, também, sobre todas as outras ciências ocultas. Estudei também a condição da mulher e coloquei o ensaísmo jornalístico a serviço da causa, por algum tempo. Atualmente, estudo dança e continuo mantendo os olhos bem abertos para a poesia, onde quer que ela se manifeste.

Publiquei: *navalhanaliga*, Edição ZAP, Curitiba - 80. 2ª ed. Secretaria da Cultura do Paraná, 82. *Dez Haiku*, Ed. Noa-Noa, SC. 81. 2ª ed., Pirata, Recife, 82. *paixão xama paixão.*, do autor, Curitiba, 83".

Ao ter seu talento premiado, Alice Ruiz, já reconhecida pela sua maneira mordaz e singela ao mesmo tempo de escrever, descrever, reescrever e desenhar, premia a todos nós paranaenses pelo orgulho de a termos como gente desta terra.

Para ser gente, Alice não precisou esquecer da sua origem, não deixou de ser da terra "leite-quente" e, não há dúvidas, de que é por isso que nos sentimos felizes quando a vemos premiada.

Que do teor do presente, dê-se ciência à homenageada e à editora Brasiliense, além da Câmara Brasileira do Livro.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) ALGACI TÚLIO

# REQUERIMENTO N° 2258

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Ilustríssimo Sr. Dr. Amadeo Cassilha, MD. Diretor-Presidente do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, pela passagem dos 50 anos de sua fundação.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo que ao completar seu Jubileu de Ouro, esta Casa de Leis preste justa e merecida homenagem ao Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, responsável que é pelo atendimento e conseqüente salvamento de inúmeras vidas.

# REQUERIMENTO N° 2259

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Excelentíssimo Coronel-Aviador Edison Ambrósio Pommot, DD. Comandante do CINDACTA II, parabenizando a Corporação pela passagem do Dia do Aviador.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A aviação do nosso tempo vem servindo, com exemplar dedicação, todos os setores do contexto da vida moderna.

A celeridade com que executa o transporte mais do que diminui distâncias, aproximando os povos dos cinco continentes, tem operado de forma a expandir o fluxo das riquezas, e por conseqüência, incrementar o intercâmbio internacional de comércio.

No Brasil, são inestimáveis os serviços sociais que a aviação, de forma ampla, tem operado: o traslado de vidas que, dos quadrantes inóspitos recorrem aos centros urbanos para a recuperação de enfermidades cujas necessidades de tratamento exigem especialização e medicamentos específicos; o Correio Aéreo Nacional, que há mais de cinquenta anos tem celerizado as comunicações epistolares; e uma gama diversificada de serviços que, atendida por profissionais competentes e anônimos, têm-nos propiciado facilidades e comodidades que elevam os padrões da qualidade de vida que todos almejam.

## REQUERIMENTO N° 2245

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em nome da Bancada do PRN, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de louvor ao Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, pela passagem dos 50 anos de sua fundação; que deste requerimento seja dada ciência ao seu Diretor-Presidente, Dr. Raul Pizzato.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

27 de outubro de 1949 foi a data de fundação do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná. Grandes nomes da medicina se destacaram na sua Presidência, entre eles o Dr. Erasto Gaertner, que hoje dá nome ao Hospital de Câncer do Paraná. O Instituto tornou-se um importante órgão de integração científica e cultural, contribuindo para o aprimoramento do profissional da saúde.

## REQUERIMENTO N° 2264

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, à douta Mesa Executiva, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão, de "votos de repúdio" à Confederação Brasileira de Futebol pelo ato arbitrário, injusto e atentatório à Constituição Federal, praticado contra o tradicional clube desportivo "CORITIBA FUTEBOL CLUB", que se vê tolhido em seus direitos pelo afastamento, por um ano, de toda participação desportiva.

A injustiça cometida contra o Coritiba Futebol Club, estende-se a toda sociedade paranaense que sente-se lesada em seus direitos pela arbitrariedade e violência praticada pelos dirigentes do órgão máximo do desporto brasileiro que, desrespeitando decisão da mais alta corte da justiça desportiva, aplicam a este a pena mais grave que um clube do porte e tradição do CFC já sofreu.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento a Confederação Brasileira de Futebol, à Federação Paranaense de Futebol e ao Coritiba Futebol Club.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) JOSÉ FELINTO

## REQUERIMENTO N° 2240

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada e divulgada MOÇÃO DE DESAGRAVO ao CORITIBA FOOT BALL CLUB, em virtude da decisão arbitrária da Confe-

deração Brasileira de Futebol, excluindo-o do Campeonato Nacional, além de outras sanções, nas razões da justificativa em anexo.

Que o teor do presente, dê-se ciência, além do Coritiba Foot Ball Club, ao Conselho Nacional de Desportos, aos Membros do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol.

Sala das Sessões, em 26.10.89

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Raul Lopes, Luiz Carlos Alborghetti, Pirajá Ferreira, Hermas Brandão, Vera Agibert, Anibal Khury, Renato Adur, Caíto Quintana, Antônio Costenaro Neto, Erondy Silvério, Cândido Bastos, Werner Wanderer, Nelson Vasconcellos, Ezequias Losso, Rafael Greca, José Felinto, Antônio Annibelli, Neivo Beraldin, Artagão Mattos Leão, Eduardo Baggio, Pedro Tonelli.

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Aos oitenta anos de existência, toda ela voltada para o engrandecimento do esporte do Paraná e do Brasil, verdadeiro patrimônio de todos os paranaenses, por trazer no seu escudo as cores e o nome do Estado que sempre soube honrar, o Coritiba Foot Ball Club acaba de ser alvo de resquícios de autoritarismo e arbítrio que ainda medram em alguns setores deste País.

Ferido em seus direitos ao ter mantida a data de seu último jogo pelo Campeonato Brasileiro, decisiva para sua classificação para a fase final da disputa, buscou na justiça desportiva medida liminar em mandado de garantia, de forma a não ser prejudicado com o conhecimento antecipado do resultado por parte de seu concorrente direto à vaga, o Sport Club Recife.

Obtida a liminar, viu-se surpreendido o Coritiba Foot Ball Club com a deliberação administrativa da Diretoria da Confederação Brasileira de Futebol, em manter a data do jogo fixada na tabela, e permitir que o árbitro indicado lavrasse súmula do jogo dando o clube paranaense como ausente.

Levado a julgamento o mandado de garantia, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, por maioria de votos, negou provimento ao mérito da pretensão, cassando a liminar, na segunda-feira, à noite. Reconheceu-se, na ocasião, que o Coritiba não teria agido de má-fé afastando, com isso, qualquer eventual sanção administrativa. Minutos após, sem que houvesse decorrido o prazo de trânsito em julgado da decisão da Justiça Desportiva, a Diretoria da CBF, aplicou a mais grave e violenta punição que um clube de grande porte deste País já veio a sofrer: perda dos pontos para o Santos, eliminação do atual campeo-

nato, suspensão por um ano de todas as competições esportivas programadas pela CBF e obrigado ao pagamento das despesas havidas com a partida não-realizada.

Tudo, segundo o presidente da CBF, em nome da moralização do esporte!

Recorrer à justiça esportiva, na defesa de um direito elementar, constitui hoje, para o presidente da CBF, por conseguinte, uma desmoralização esportiva. Para que serve a justiça, então?

O Coritiba Foot Ball Club seguiu os caminhos fixados até mesmo por norma constitucional, prevista na artigo 217, parágrafo 1º da Carta Magna, socorrendo-se, desde logo, na Justiça Desportiva e, mesmo de posse de um ato de garantia expedido pela instância mais elevada da área em questão, acabou sendo alvo de interesses inconfessáveis.

Constituindo-se em um dos mais tradicionais valores da patrimônio esportivo do Paraná, o Coritiba Foot Ball Club não pode ser menosprezado na sua grandeza histórica, carregando ao longo destas oito décadas, com muita galhardia, o nome da Capital do Estado.

A injustiça da punição, no entanto, vai mais além do que o clube em si, como organização esportiva modelar. Pune, de forma mesquinha e irreversível, mais de duas dezenas de profissionais, cujo exercício da profissão está em jogar futebol. Excluídos da competição ora em desenvolvimento, juntos com a agremiação a que estão vinculados, deixam de ter a possibilidade em obter a recompensa pecuniária pelas vitórias e classificação da equipe, além da desvalorização de seus passes, quando da transação com outros clubes. Na verdade, são duas dezenas de famílias que tiveram interrompido o sonho de uma conquista entre as melhores equipes classificadas no futebol brasileiro e prejuízos irrecuperáveis pela decisão arbitrária, própria daqueles que não sabem curvar-se diante de ato emanado da justiça.

Urge que todo os setores da comunidade do Estado do Paraná se unam na defesa dos princípios gerais do Direito e do primado da justiça, restabelecendo o respeito pela participação do Coritiba Foot Ball Club no Campeonato Nacional do corrente ano, assegurando, por outro lado, o exercício do trabalho por seus atletas profissionais hoje desvalorizados pelo ato inconsequente do presidente da CBF.

Assim, também a manifestação desta Casa deve ser pronta e enérgica quanto à agressão de que foi vítima a mais antiga e das mais queridas agremiações esportivas do Estado, reclamando urgente reparação da injustiça cometida, junto ao Conselho Nacional de Desportos, aos membros do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, ao

Curitiba, quinta, em 26.10.89

presidente da Confederação Brasileira de Futebol, ao presidente da Federação Paranaense de Futebol e ao presidente do Coritiba Foot Ball Club.

Muito obrigado.

#### REQUERIMENTO N° 2249

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a APAE, localizada na Travessa Guaíra, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A APAE, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta serviços àquela comunidade, atendendo a pessoas carentes naquela região. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

#### REQUERIMENTO N° 2250

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a APAE, localizada na Travessa Guaíra, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A APAE, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta serviços àquela comunidade, atendendo a pessoas carentes naquela região. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

#### REQUERIMENTO N° 2251

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Rita de Cássia, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Rita de Cássia, locali-

zada em Campo Mourão, atende dezenas de crianças do Jardim Lar Paraná, prestando relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando serviços àquela comunidade.

## REQUERIMENTO N° 2252

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Rita de Cássia, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

A creche Santa Rita de Cássia, localizada em Campo Mourão, atende dezenas de crianças do Jardim Lar Paraná prestando relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto por motivo de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando serviços àquela comunidade.

## REQUERIMENTO N° 2253

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Clube das Mães São José, localizada na Vila Urupês, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

O Clube das Mães São José, localizado na Vila Urupês, em Campo Mourão, é uma entidade que atende gestantes e recém-nascidos, possibilitando que seus pais possam trabalhar. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

## REQUERIMENTO N° 2254

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para o Clube das Mães São José, localizada na Vila Urupês, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

O Clube das Mães São José, localizado na Vila Urupês, em Campo Mourão, é uma entidade que atende gestantes e recém-nascidos, possibilitando que seus pais possam trabalhar. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

## REQUERIMENTO N° 2255

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Cruz, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Cruz, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

## REQUERIMENTO N° 2256

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Cruz, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Cruz, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

## REQUERIMENTO N° 2246

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a designação de policiais para a Vila Nova, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

Nos últimos meses houve um crescimento significativo no número de assaltos a residências e transeuntes da Vila Nova. Essa



situação poderia ser revertida mediante ação policial na área, de acordo com reivindicação dos moradores naquela localidade.

REQUERIMENTO N° 2247

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, MD Diretor-Presidente da COPEL, solicitando a colocação de postes para iluminação de ruas do Jardim Aeroporto, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Entidades associativas daquele Jardim têm reivindicado, insistentemente, a colocação de postes para iluminação de ruas daquele jardim, em função da melhoria das condições de vida e da própria segurança dos moradores, ameaçada atualmente pela falta de iluminação pública adequada.

REQUERIMENTO N° 2248

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, MD. Diretor-Presidente da COPEL, solicitando a colocação de postes para iluminação pública de ruas do Jardim Paulista, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A falta de iluminação pública adequada nas ruas do citado Jardim, tem causado diversos problemas para os moradores, que não têm segurança para se deslocarem à noite em função do crescimento dos índices de violência nos últimos meses. Essa reivindicação parte dos moradores e associação do bairro.

REQUERIMENTO N° 2227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Dr. Juiz Indalécio Gomes, Presidente do Tribunal do Trabalho, para que seja criado no Município de Pato Branco, Junta de Conciliação e Julgamento, para que possa atender a comunidade deste Município e Região.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Pato Branco é o pólo de desenvolvimento agropecuário e fabril da

região do Sudoeste do Estado, e a sua população obreira, a cada dia mais, tem reclamado a ausência da Justiça do Trabalho onde possa levar a discussão das suas divergências laboriais.

Como se ensejará que a classe trabalhadora sudoestina aspire a justiça no cumprimento de seus direitos trabalhistas, quando essa distancia-se do seu alcance?

A solução - é inquestionável - está em situar-se em Pato Branco uma Junta de Conciliação e Julgamento, ofertando-se à comunidade, as condições necessárias para dirimir o questionamento dos seus direitos.

REQUERIMENTO N° 2242

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando a colocação de módulos sanitários nas escolas rurais do Município de Iporã.

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que os sanitários existentes nas escolas rurais do município de Iporã, são extremamente precários, não oferecendo a mínima condição de higiene, inadequados, portanto, à utilização, eis que, além disso, coloca em risco a saúde dos usuários.

Por ser de ímpar importância à população local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2243

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Nivaldo Passos Kruger, Mui Digno Diretor Presidente da SANEPAR, solicitação a fluoretação da água potável de Iporã.

Considerando que dentre as diretrizes administrativas da atual gestão, a saúde é a que está merecendo atenção especial, vez que melhorar a qualidade de vida da população é sua meta principal.

Nesse sentido várias medidas vêm sendo tomadas para possibilitar acesso da comunidade a tratamentos adequados, assim como o oferecimento de serviço que possibilitam preservar a saúde, como meio profilático.

Assim, pois, justifica-se a pretensão, tendo em vista que a água fluoretada con-



tribuirá para reduzir o elevado número de cáries, principalmente entre as crianças.

Por ser de ímpar importância o solicitado, é que trago tal proposição à apreciação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.10.89

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 2257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente aos Senhores Nelson Proença, Secretário Especial de Habitação e Ação Comunitária da Presidência da República e Eduardo Albuquerque Correia, Coordenador da SEHAC no Estado do Paraná com a finalidade de solicitar a agilização da liberação de recursos dos Projetos MUTIRÃO e PA-RURAL, para que a execução destes no Estado, sejam concluídos no mais breve tempo, consubstanciando em realidade a conclusão dos programas de ação comunitária em desenvolvimento no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.10.89

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Amélia Hruschka, Pedro Tonelli, Luciano Pizzato, Antônio Annibelli, Algaci Túlio; Erondy Silvério, Anibal Khury, Nilton Barbosa, José Afonso Júnior, Artagão Mattos Leão, Vera Agibert, Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, José Felinto.

#### JUSTIFICATIVA:

Os gestores da política de Ação Comunitária no Estado têm trazido a esta Casa de Leis suas inquietações pela não liberação dos recursos em tempo hábil para a execução dos projetos aludidos no presente.

Cumpre-nos destacar o Paraná como um dos Estados onde se constata a maior preocupação e políticas sociais voltadas ao atendimento da população carente, notadamente no meio rural; e por outro lado a posição privilegiada do Estado no cumprimento de uma política agrícola, colocando-o entre os maiores produtores do nosso País.

Não é sem razão que lideranças políticas e comunitárias vêm externando tal preocupação diante deste Parlamento.

Neste momento angustiante da vida de nosso povo não poderíamos nos omitir diante de suas reivindicações maiores e mais justas.

Existem no Estado diversos projetos em andamento que estão atrasados ou praticamente desativados em função da morosidade na liberação de tais recursos.

Senhores pares, as razões para aprovação do presente requerimento são as mais prementes, tendo em vista que não haja um

comprometimento maior na execução de tais Projetos no Estado.

#### REQUERIMENTO N° 2232

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual pelo PDT, que este subscreve pede à egrégia Assembléia que se digne a indagar na forma da lei, ao Governo do Estado, através das Secretarias de Estado da Administração e da Educação, qual a sua resposta ao seguinte.

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Qual foi o critério adotado para descontar 20 dias de aula do pagamento de 14 mil professores estaduais, sendo que NEM TODOS os descontados, participaram do dia estadual de Luto da Categoria, em memória ao massacre do Centro Cívico, um ano depois dos infaustos acontecimentos ordenados pelo Governo a 30 de agosto de 1988?

2. Por que, numa mesma escola da periferia de Curitiba, visitada por este Deputado, houve quem percebesse seu salário, com descontos de NCz\$ 525, enquanto sua colega era punida com descontos de NCz\$ 567,60, enquanto uma outra colega era punida com descontos de NCz\$ 170,28?

Isto considerando que a todos se estava punindo de maneira isonômica, pelo mesmo número de horas aulas paralisadas.

3. Por que, na escola estadual Ezequias Machado de Oliveira, em Curitiba a professora Wanda Zalewski, adoentada e licenciada para tratamento de saúde no dia da paralisação, foi descontada em 20 dias do pagamento que lhe era devido?

4. Como se explica, à luz da Constituição e da Lei Trabalhista em vigor o desconto de NCz\$ 699,79 de uma professora que, devendo receber a quantia de NCz\$ 938,12, acabou recebendo apenas NCz\$ 29,42. O Governo acha justa esta prática de descontar mais do que 50% do salário de uma trabalhadora?

5. Pensa-se em alguma reparação?

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembléia não pode fugir ao dever de defesa dos direitos humanos do funcionalismo público estadual forçado a um arrocho sem precedentes penalizado por perdas salariais volumosas, enquanto o Governador discursa na mídia milionária dizendo que o piso salarial mínimo das professoras estaduais é de NCz\$ 3.000,00.

Devemos nos justificar enquanto poder, pedindo esta explicação, na forma de resposta adequada e em tempo, aos professores e ao povo do Paraná.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa o Editorial da Gazeta do Povo do dia 25.10.89- na página 6.<sup>a</sup>, intitulado "PELA VALORIZAÇÃO DA VIDA".

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

A sociedade brasileira vive atualmente em constante estado de pânico. Não bastassem os problemas sociais e econômicos, a violência - que no fundo é uma das consequências, acha-se em sua mais preocupante face da escalada que empreende nos últimos anos.

O problema alcança tal gravidade que o cidadão já duvida do próprio potencial do aparelho policial responsável pela segurança social; o cidadão já descrê da eficácia lei envelhecida e anacrônica; o cidadão comum frustra-se com a nova Constituição Federal que ao invés de abrir a oportunidade para a atualização do arcabouço legiferante, amplia a proteção do próprio criminoso e descuida da segurança da sociedade que precisa trabalhar em ordem e proteção.

Os crimes dos mais diversos níveis, do mais venial até o mais hediondo, se sucedem. E ainda quando os criminosos são alcançados pelas malhas da lei nada há que garanta o seu isolamento, diante da facilidade com que as fugas de presídios vêm acontecendo.

A sociedade levanta-se em protestos. É saudável quando se vê a imprensa, portavoz e aliado desta mesma sociedade, também tratando do assunto com fidelidade e ênfase. Reside aí talvez a última esperança do cidadão.

Ao mesmo tempo em que destacamos a participação do Jornal Gazeta do Povo, nesta luta em favor da valorização da vida, almejamos que este gesto possa ser multiplicado. Quiçá possamos ver o Editorial "PELA VALORIZAÇÃO DA VIDA" servindo de arrancada para uma campanha de tal sorte enfática que possa colocar esperança no seio de nossa sociedade.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI N° 292/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Advogados de As-

sis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) NILTON BARBOSA

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se a presente pretensão, tendo em vista que a entidade postulante, exerce atividades sem fins lucrativos, sem que nenhum de seus membros percebam qualquer tipo de remuneração e tem como objetivo essencialmente promover o aprimoramento intelectual, moral e ético de seus associados, além de defender seus direitos e prerrogativas.

PROJETO DE LEI N° 293/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Florestal do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba-Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

Apoiamento: Cândido Bastos

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Florestal do Paraná, sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 10.11.84, com sede e foro nesta cidade de Curitiba, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento dos recursos florestais do Estado, dentro de uma diretriz que concilie melhor os postulados ecológicos com o aproveitamento sócio-econômico dos recursos florestais, através de estudos, pesquisas, avaliações, cadastramento e outras atividades afins promovendo a execução de trabalhos e medidas que favoreçam esta postura, colaborando para a formulação de uma política estadual de recursos florestais e a preservação dos recursos naturais renováveis.

O relatório de atividades e demais documentos que acompanham a proposição demonstra a importância deste trabalho e a real contribuição que o mesmo vem prestando à sociedade, atendendo assim perfeitamente a todas as exigências e formalidades legais para a declaração de sua Utilidade Pública por esta Casa.

PROJETO DE LEI N° 294/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade

Pública a ASSOCIAÇÃO DE APOIO RURAL MANOEL MOREIRA PENA, com sede e foro na cidade de Capanema, Estado do Paraná, à Avenida Espírito Santo n° 1.045.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Devidamente registrada sob n° 1.170 do Livro C-4, do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Capanema, a Associação de Apoio Rural Manoel Moreira Pena, fundada em 20 de setembro de 1988, preenche, conforme documentação inclusa, todos os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, presta desinteressadamente, serviços à comunidade, não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e não remunera sua diretoria, além de dar ao homem do campo oportunidade para despertar suas potencialidades, abrindo caminho para uma visão mais ampla da sociedade.

Merecendo aplauso e incentivo pelo muito que vem realizando, essencialmente em favor do homem do campo, justifica-se plenamente seja a Associação de Apoio Rural Manoel Moreira Pena declarada de Utilidade Pública, a fim de que possa dar continuidade ao seu trabalho.

#### PROJETO DE LEI N° 295/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. - Fica declarada de Utilidade Pública, a "CENCALRIOS - Associação Beneficente dos Moradores do Bairro do Uberaba", com sede e foro nesta Capital.

Art. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

É com grande satisfação que submetemos à apreciação pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o presente plano de lei, que objetiva reconhecer a utilidade pública da "CENCALRIOS - Associação Beneficente dos Moradores do Bairro do Uberaba", pelos relevantes serviços prestados a toda a população paranaense.

A entidade, possui personalidade jurídica a bem mais de um ano, conforme comprova o registro sob n. 112 do livro "A", de 04 de junho de 1986, do 4° Ofício de Registro de Títulos e Documentos, estando a mesma em efetivo exercício servindo a coletividade, não remunerando a qualquer

título os cargos da sua Diretoria.

Desnecessário falar acerca do inestimável trabalho que vem sendo desenvolvido pela "CENCALRIOS", desde a sua fundação, nos mais diversos programas mantidos pela entidade, na manutenção de serviços assistenciais, de cultura, saúde, educação, lazer e cooperativismo em benefícios à população da região do Uberaba.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao presente Projeto de Lei.

#### PROJETO DE LEI N° 296/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O pavilhão do Centro de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, passa a denominar-se Pavilhão do Centro de Artes Industriais Professora Jálile Bichara Machado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA.

JALILE BICHARA MACHADO nasceu em 14.09.1918 em União da Vitória - Paraná e faleceu em 09.09.88 em Curitiba - PR.

1. - Filiação: Bichara Simão e Sofia Bichara.

2. - Escolaridade:

Concluiu o Curso Normal Colegial pelo Instituto de Educação "Santos Anjos" de Porto União, em 10 de dezembro de 1936.

Em 1953 habilitou-se perante o Ministério de Educação e Saúde a lecionar: Economia Doméstica e Trabalhos Manuais.

Curso já equiparado e reconhecido pelo MEC e Secretaria da Educação do Paraná como equivalente a uma licenciatura, Curso Superior. No ano de 1957, fez um curso de Artes Aplicadas constando de desenho, tapeçaria, metal, madeira, fantoches, marionetes e couro.

#### 3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Prestou serviço no magistério em diversas localidades:

3.1. Videira - SC

3.2. Caçador - SC

3.3. Joinville - SC

3.4. Porto União - SC

3.5. Irati - PR

3.6. São José dos Pinhais - PR

3.7. Curitiba - PR

3.7.1. Colégio Estadual do Paraná

3.7.2. Colégio Estadual Profa. Maria Aguiar Teixeira

3.7.3. Centro de Artes Industriais do Cajuru

3.7.4. Associação Paranaense de Reabilitação - APR

3.8. Ponta Grossa - PR

3.8.1. Universidade Estadual de Ponta Grossa

4. Trabalhou durante quarenta e cinco (45) anos, parando por motivo de saúde, pois acabou perdendo completamente a visão.

5. Por onde passou teve seu trabalho sempre reconhecido pela comunidade e pelas autoridades.

Por exemplo:

5.1. Portaria n° 60, de 11.01.41.

Elogios à referida professora proferidos pelo Superintendente Geral do Ensino de Santa Catarina.

5.2. Portaria n° 46, de 12.01.42.

Elogio agora pelo Diretor do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina.

5.3. Portaria n° 3334, de 15.12.42.

Novo elogio prestado pelo referido Diretor.

5.4. Portaria n° 859, de 14.04.42.

Voto de louvor a professora Jalile.

5.5. Portaria n° 214, de 02.04.43.

Outro elogio do Diretor do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina.

5.6. Portaria n° 3259, de 22.12.44.

Assim sucessivamente, foi merecedora de elogios.

5.7. Em 02.09.80 a Diretoria da Associação Paranaense de Reabilitação em reunião ordinária, por unanimidade, reconheceu e aprovou o voto de reconhecimento pela dedicação da referida professora aos alunos daquela entidade.

5.8. Destacou-se como professora de artes industriais na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Foi por diversas vezes homenageada naquela Universidade, inclusive parainfando várias turmas.

A saudosa professora Jalile Bichara Machado, que dedicou 45 anos ao magistério, encerrando sua atividade somente quando lhe faltou a visão, merece esta honraria que estamos propondo e anexando farta documentação.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 297/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 281 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, fica acrescido de um parágrafo único, com a seguinte redação.

"Art. 281 - ...

Parágrafo Único - O Delegado de Polícia que tenha exercido a função de Delegado Adjunto em uma unidade policial, no período previsto neste artigo, poderá nela permanecer ou retornar, como Titular, por mais 2 (dois) anos improrrogáveis, havendo manifestação favorável do Conselho da Polícia Civil".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.89

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração legislativa visa corrigir a atual sistemática relativa ao período de permanência do Delegado de Polícia, na unidade policial, com a possibilidade de permanência ou retorno do Delegado Adjunto, como Titular na mesma unidade policial, representando um justo reconhecimento pela administração policial civil, quando de sua promoção para a classe superior, assim também premiando a dedicação e o empenho demonstrado na defesa da sociedade.

Está finda a leitura do expediente. Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu tempo com a palavra o Senhhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais integrantes desta sessão, num momento importante para os servidores públicos do Estado do Paraná. Neste momento quero congratular-me com a paralisação do funcionalismo público do Estado do Paraná que, lamentavelmente, as páginas da vida pública, condenadas no passado, se repetem no nosso Estado. O diálogo, a negociação, através das organizações do funcionalismo público, não foram suficientes para que S.Exa., o Governador do Estado, compreendesse a situação de arrocho, a situação de fome, a situação de miséria, em que vive hoje, a maioria dos servidores públicos do nosso Estado.

Abre-se o processo de mobilização. Declara-se greve em diferentes setores do funcionalismo público. Quero deixar bem claro e hipotecar o nosso apoio em nome do Partido dos Trabalhadores, porque, quando o diálogo não é o suficiente, quando a negociação não é o suficiente, necessário se faz parar de trabalhar, para que a entidade patronal, o Governo do Estado, compreenda a necessidade da maioria dos servidores públicos do nosso Estado, pois é deles que depende o funcionamento do Poder Público.

Lamentavelmente, mais uma vez, o fun-

cionalismo público do nosso Estado para ser ouvido, tem que parar de trabalhar, porque o Palácio Iguazu está surdo, está mudo, diante da realidade triste que vive a maioria dos funcionários públicos do nosso Estado.

Quero dizer também, Senhor Presidente, Senhores Deputados que, temos que reconhecer que um pequeno avanço houve. No ano passado, no mês de agosto, foi usado um recurso da força pública na tentativa de desmoralizar os professores que estavam em greve. Na data de ontem, numa tentativa um tanto quanto frustrada, pelo menos foi possível o diálogo entre os representantes dos funcionários públicos e os representantes do Governo do Estado do Paraná.

Percebemos que não avançou nada. Ficou na promessa e o que foi acertado é pura aparência porque, na verdade, não resolverá o problema essencial do funcionalismo público dando uma antecipação de 30%. Necessário se faz, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Poder Executivo, e este Parlamento tem que usar da prerrogativa e, estabelecer uma política salarial para o funcionalismo público do Estado do Paraná. Promessa não adianta! E nessa hora também não adianta prometer para o ano que vem, quando no mês de abril o Senhor Governador terá de abandonar o Palácio Iguazú. Não adianta vir prometer agora no final do governo, fazer promessa que os outros terão de cumprir. É pura demagogia! É puro eleitorismo! Três anos pisando na nucha dos funcionários públicos, impondo arrocho, reprimindo. E, agora, faltando seis meses para o final do governo, fica fazendo promessas que estabelecerá uma política salarial condizente, justa, para os funcionários públicos do nosso Estado. Antecipação não resolve. Só nestes últimos três meses o funcionalismo público do nosso Estado sofreu um arrocho de mais de 50% nos seus vencimentos. Os 85% que estão sendo propostos se fossem a partir de novembro teríamos 50% de arrocho somente em três meses, porque todos sabem qual é o número da inflação e o que está sendo proposto é a reposição de noventa dias de 85% quando todos sabem que estes mesmos 85% correspondem a um mês e meio de inflação real neste País.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, necessário se faz um posicionamento do Poder Legislativo em defesa dos funcionários públicos do nosso Estado do Paraná não passe a ser um Estado em que os funcionários, aqueles que dão vida ao Estado, estejam vivendo numa situação de arrocho, numa situação de pobreza, numa situação de miséria, que não pode mais manter a sua casa, criar a sua família e ter uma vida condizente.

Era isto, Senhor Presidente. Era isto,

Senhores Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -  
Consulta as Lideranças do PL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulta à Liderança do PFL.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, surpreende-nos o fato de que o Senhor 2º Secretário leu hoje, numa mensagem do Governo do Estado propondo convênio com o Porto de Paranaguá, com a APPA, e, no entanto, já consta na Ordem do Dia o projeto para que se vote nesta Casa, e chamo a atenção dos Senhores Deputados porque, afinal de contas, não sabemos nem o que é que consta na realidade esta mensagem, passou rapidamente, talvez até sem uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, sem que pudesse analisar. Já existe o parecer e parece-me que, a coisa precipitada, não pode ser votada na Casa, desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -  
Gostaria de lhe dar uma explicação, Deputado. O Senhor Presidente Anibal Khury já retirou este projeto de maneira que V.Exa. fica tendo conhecimento.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu gostaria de saber como é que uma mensagem que foi lida agora já consta na Ordem do Dia com parecer favorável.

O SR. ALGACI TÚLIO - É exatamente esta minha interferência na tribuna.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu quero saber o que é que está acontecendo. Tem explicação? Gostaria de ouvir, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -  
Vossa Excelência vê em termos.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não entendi o porquê, foi lida uma Mensagem, que já consta na Ordem do Dia e já está em 1.ª discussão. Quero saber o que é que está ocorrendo, se é possível uma explicação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -  
Está ocorrendo o seguinte, Senhor Deputado: foi incluída por engano e a Mesa já determinou que se retire da Ordem do Dia.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, solicito então que o meu tempo volte ao zero para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê)

(fotocópia anexa).

Aos oitenta anos de existência, toda ela voltada para o engrandecimento do esporte do Paraná e do Brasil, verdadeiro patrimônio de todos os paranaenses, por trazer no seu escudo as cores e o nome do Estado que sempre soube honrar, "o Coritiba Foot Ball Club", acaba de ser alvo de resquícios de autoritarismo e arbítrio, que ainda medram em alguns setores deste País.

Perido em seus direitos ao ter mantida a data de seu último jogo pelo Campeonato Brasileiro, decisiva para sua classificação para a fase final de disputa, buscou na Justiça desportiva medida liminar em mandado de garantia, de forma a não ser prejudicado com o conhecimento antecipado do resultado por parte de seu concorrente direto à vaga, o "Sport Club Recife".

Obtida a liminar, viu-se respectivamente o "Coritiba Foot Ball Club", com a deliberação administrativa da Diretoria da Confederação Brasileira de Futebol, em manter a data do jogo fixada na tabela, e permitir que o árbitro indicado lavrasse súmula do jogo dando o clube paranaense como ausente.

Levado a julgamento o mandado de garantia, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, por maioria de votos, negou provimento ao mérito da pretensão, cassando a liminar, na segunda-feira, à noite. Reconheceu-se, na ocasião, que o Coritiba não teria agido de má fé afastando, com isso, qualquer eventual sanção administrativa. Minutos após, sem que houvesse decorrido o prazo de trânsito em julgado da decisão da Justiça Desportiva, a Diretoria da CBF, aplicou a mais grave e violenta punição que um club de grande porte desse País já veio a sofrer: perda dos pontos para o Santos, eliminação do atual campeonato, suspensão por um ano de todas as competições esportivas programadas pela CBF e obrigado ao pagamento das despesas havidas com a partida não realizada.

Tudo, segundo o presidente da CBF, em nome da moralização do esporte!

Recorrer à justiça esportiva, na defesa de um direito elementar, constitui hoje, para o presidente da CBF, por conseguinte, uma desmoralização esportiva. Para que serve a Justiça, então?

O Coritiba Football Club seguiu os caminhos fixados até mesmo por norma constitucional, prevista no art. 217, § 1º da Carta Magna, socorrendo-se, desde logo, na Justiça Desportiva e, mesmo de posse de um ato de garantia expedido pela instância mais elevada da área em questão, acabou sendo alvo de interesses inconfessáveis.

Constituindo-se em um dos mais tradicionais valores do patrimônio esportivo do Paraná, o "Coritiba Foot Ball Club" não pode ser menosprezado na sua grandeza, carregando ao longo destas oito décadas, com muita galhardia, o nome da Capital do Estado.

A injustiça da punição, no entanto, vai mais além do que o clube em si, como organização esportiva modelar. Pune, de forma mesquinha e irreversível, mais de duas dezenas de profissionais, cujo exercício da profissão está em jogar futebol. Excluídos da competição ora em desenvolvimento, juntos com a agremiação a que estão vinculados, deixam de ter a possibilidade em obter a recompensa pecuniária pelas vitórias e classificação da equipe, além da desvalorização de seus passes, quando da transação com outros clubes. Na verdade, são duas dezenas de famílias que tiveram interrompido o sonho de uma conquista entre as melhores equipes classificadas no futebol brasileiro e prejuízos irrecuperáveis pela decisão arbitrária, própria daqueles que não sabem curvar-se diante de ato emanado da justiça.

Urge que todos os setores da comunidade do Estado do Paraná se unam na defesa dos princípios gerais do Direito e do primado da Justiça, restabelecendo o respeito pela participação do "Coritiba Foot Ball Club" no Campeonato Nacional do corrente ano, assegurando por outro lado, o exercício do trabalho por seus atletas profissionais, hoje, desvalorizados pelo ato inconsequente do presidente da CBF.

Assim, também a manifestação desta Casa deve ser pronta e enérgica quanto à agressão de que foi vítima a mais antiga e das mais queridas agremiações esportivas do Estado, reclamando urgente reparação da injustiça cometida, junto ao Conselho Nacional de Desportos, aos membros do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, ao presidente da Confederação Brasileira de Futebol, ao presidente da Federação Paranaense de Futebol e ao presidente do "Coritiba Foot Ball Club".

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Termina de ler) - E porque é que eu venho hoje a Tribuna fazer este pronunciamento, para chamar a atenção da classe política do Estado do Paraná, porque o futebol afinal de contas, une as comunidades, o futebol tem proporcionado em muitos Estados a projeção nacional que em outros setores não conseguem, e neste momento não está em jogo apenas o nome do Curitiba Futebol Club, está em jogo o nome do futebol, do esporte do Paraná, está em jogo o nome do Estado do Paraná, e o Senhor Governador do Estado já se manifestou. E esta Casa não pode ficar ausente neste momento, não sou Curitibaano, sou torcedor do antigo Clube Atlético Ferroviário, mas venho neste momento, encarecer aos Senhores Parlamentares, da necessidade de assinarem esta moção, para que encaminhem às autoridades maiores do esporte brasileiro, para que o Paraná tenha representação, o Paraná não pode mais ficar a mercê dos interesses de outros Estados e nós ficarmos aqui sempre relegados a segundo plano.

Por isso, Senhor Presidente, apelo aos demais Parlamentares, para que se manifestem através de telex, através da assinatura dessa moção, para que possamos mostrar que no Paraná existe força política, e essa força política não se calou diante de uma injustiça tremenda, cometida contra uma das maiores glórias do Futebol Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Consulto à Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN, com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu não assisti o "Bom Dia Paraná" da Rede Globo, porque eu não tenho tempo de assistir o programa, levanto cedo, vou trabalhar e não tenho tempo.

Mas comenta-se que o candidato a Governador Senhor Luiz Carlos Hauy, foi à Rede Globo e disse, que o funcionalismo público do Paraná não recebe dinheiro porque os Deputados estão afundando o Estado.

Eu acharia que eles deveriam anunciar menos na televisão porque com o dinheiro que eles anunciam na televisão, sobraria para pagar o Estado, o funcionalismo do Estado. É muito simples, então eu acho que vou pedir a requisição da fita, para fazer um exame. Então, eu não estou afundando o Estado do Paraná, mas se a Assembléia vai

pagar algum subsídio eu aceito, assim eu emprego na minha assistência social, porque o meu gabinete está abarrotado de gente, e eu preciso de dinheiro realmente, como eu não sou Governador, não tenho jato, não tenho nada, não tenho grana na mão, então eu preciso de dinheiro para o meu programa social.

Eu aceitaria com muito gosto, porque eu não sou ladrão, não sou canalha, não sou gigolô do dinheiro público.

Agora, se estão falando que os Parlamentares estão afundando o Paraná, gostaria até que requisitasse a fita, porque isso é uma afronta contra esse Parlamento. A hora que precisam da gente, para nós aprovarmos leis que vão de encontro com o Palácio, nós estamos aqui de braços abertos sem distinguir a cor partidária, com o objetivo de aprovar aquilo que o Governo pretende.

Da mesma maneira digo aos Senhores Deputados o seguinte:

- Eu como primeiro Secretário, hoje eu li a discussão de um Projeto de Resolução nº 68/89 em que se pede, o Governo manda para essa Casa, para celebrar convênios com a Empresa de Portos do Brasil a Portobrás, visando a realização de obras de infraestrutura, para a construção de um estaleiro naval em Paranaguá.

Quero comunicar aos Senhores que eu vou entrar com uma Emenda, já que a Câmara de Vereadores de Paranaguá me mandou um ofício, que o Senhor Francisco Deliberador foi à Câmara Municipal em Paranaguá e disse que ia construir a cadeia pública de Paranaguá, a delegacia de Paranaguá também, através da PORTOBRÁS, que eles iriam buscar dinheiro na PORTOBRÁS e a PORTOBRÁS iria construir a cadeia pública de Paranaguá. Isto, disse o Presidente do Porto de Paranaguá. Aí, a Câmara Municipal, Deputado Annibelli, ligou, passou um telex para a PORTOBRÁS e a PORTOBRÁS respondeu à Câmara Municipal de Paranaguá, dizendo que não tem obrigação nenhuma de estar construindo cadeia, e muito menos minipresídio ou delegacia de polícia no Estado do Paraná. Quer dizer, é uma brincadeira! Ir a uma Câmara Municipal, desrespeitar a soberana Câmara Municipal de Paranaguá com promessas idiotas, com promessas vãs, conforme a Câmara Municipal me informou e informou à presidência da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa.

Então, já que nós temos que aprovar, aqui, convênios com a empresa de portos do Brasil, a PORTOBRÁS, visando a realização de obras de infra-estrutura para construção de um estaleiro naval em Paranaguá, nós vamos cobrar a promessa do Diretor do Porto, quando ele prometeu na Câmara Municipal de Paranaguá a construção, através da PORTOBRÁS, da nova cadeia pública de



Paranaguá. Que eu saiba, a PORTOBRÁS não tem dinheiro para construir cadeias públicas no Estado do Paraná. A PORTOBRÁS deverá, ou melhor, a obrigação dela é, sim, construir estaleiros navais. O que pretende o Governo do Estado do Paraná.

Mas, o que me estranhou, também, é que entrou este projeto de resolução enquanto eu lia na 1ª Secretaria, ao lado do meu Presidente, e o projeto já estava com o parecer favorável de comissões aqui desta Casa. Então, eu gostaria que este projeto de resolução fosse retirado de pauta, que chegasse às nossas mãos para que nós pudéssemos fazer uma análise do que vai ser este convênio. E eu gostaria, também, de ver quais foram as comissões, se foi a Comissão Geral, que trâmite sofreu este projeto de resolução, nesta Casa.

E aproveitando, também, gostaria de pedir ao Presidente Anibal Khury, que requisitasse a fita da Rede Globo, e convocasse o Secretário da Fazenda para que viesse a esta Casa e provasse para nós, aqui. Mas, requisitar, Senhor Presidente. Como o Senhor representa muito bem este Parlamento, o Senhor é soberano, eu gostaria que o Senhor mandasse chamar o Senhor Secretário da Fazenda e dissesse, aqui, quais são os Deputados que estão afundando o Estado do Paraná. Porque eu não estou afundando o Estado, Eu estou trabalhando pelo Estado do Paraná. Eu acho que há necessidade, sim, de se gastar menos em propaganda e pagar melhor o funcionalismo público do Estado do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - A título de informação, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o Presidente Anibal Khury já requisitou as fitas. Após ouvi-las, tomará as providências cabíveis.

Consulto à Liderança do PRP se deseja fazer uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PSDB se deseja fazer uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, 1º Secretário deste Casa.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados;

Parece-me que os custos da democracia que nós, homens de bem, tanto lutamos, está tendo um preço muito alto. E principalmente este preço deve ser pago, e está sendo pago, pelo Poder Legislativo.

O Executivo, forte e todo poderoso que, ao longo destes vinte e tantos anos de obscurantismo, decidia o futuro de cada cidadão sem interferência dos outros Poderes,

decidia sobre a moradia, sobre o salário, sobre a escola, sobre o menor abandonado; este Executivo todo poderoso que, graças às voltas das nossas prerrogativas, está deixando, aos poucos, de ter o poder que tinha, parece que não aceita as regras do jogo!

Primeiro foi o Procurador Geral do Estado, que acusou este Parlamento de incompetente e irresponsável; hoje foi o Excelentíssimo Sr. Secretário da Fazenda, dizendo que o Estado iria parar por irresponsabilidade da Assembléia, porque a Assembléia resolveu pagar melhor o policial militar, dando-lhes isonomia com as Forças Armadas, porque a Assembléia resolveu pagar melhor o pessoal da Polícia Civil, dando-lhes isonomia com o Judiciário!

Ora, a população carente de segurança e de tranquilidade precisa ter homens bem pagos, para pelo menos, poder deixar a sua família e ir defender o interesse comum, da coletividade, com a tranquilidade da sua família, tendo teto e tendo pão!

Mas o Executivo não quer isso! E o Secretário da Fazenda, de forma irreverente, irresponsável e incompetente, acusou este Poder como um todo. Mas nós responderemos com a democracia! Democracia que nós estamos reaprendendo a fazer, democracia que nos esporões da ditadura nos tirou, no negro março de 64! Democracia que custou vidas de muitos homens de bem!

Me estarrece, me surpreende, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, que o Secretário da Fazenda, homem que militou na Oposição, homem que lutou contra a ditadura, hoje, não aceita as regras da Democracia!

Tem um preço, o funcionalismo público tem que ganhar, pelos menos, o necessário para poder sobreviver! A partir de agora este Poder vai decidir o futuro do funcionalário, porque as prerrogativas voltaram! Nós, como democratas vamos respeitar o Poder Executivo, mas queremos manter a nossa independência! Nós como democratas que juramos respeitar e guardar a nossa Constituição, vamos respeitar o Executivo, queremos a harmonia dos Poderes, mas lutaremos, intransigentemente, para a independência dos Poderes, porque não se concebe, em hipótese nenhuma que o Poder Executivo continue sendo o forte e todo poderoso!

Por isso, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, eu quero deixar, nesta tarde, lavrado na Ata desta sessão, o mais veemente protesto deste Deputado, e acredito que tenho o apoio de todos aqueles que querem a democracia, contra as declarações irresponsáveis do Sr. Secretário da Fazenda, Luiz Carlos Hauky, e que ele entenda que, custe o que custar, este País viverá na plenitude a sua democracia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Esta Presidência, com muita honra passa a palavra ao Deputado Raul Lopes, representando o PSDB.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu até não vinha à sessão, estava atendendo uns companheiros, quando ouvi, de forma veemente, o nosso prezado Deputado, 1º Secretário, fazer uma avaliação, uma análise da atual situação.

Srs. Deputados, prezado companheiro, Deputado Tadeu, eu vim a esta tribuna correndo e me arrumando, para me solidarizar com Vossa Excelência. Eu há muito venho aguardando em silêncio a expectativa, o clima de tensão que o Executivo vem trazendo a todos nós e em especial à área de segurança pública, à Polícia Militar e a esta Casa de Leis.

Dia 4 de outubro, assistíamos, como Vossa Excelência e todos nós, a inoportunidade do Procurador Geral do Estado que naturalmente encomendado pelo Governador, foi a um canal de televisão fazer uns comentários desairosos contra o procedimento e conduta destes Parlamentares.

Na oportunidade, como não era suficiente, ele atribuíra até analisando que, nós outros havíamos desencadeado um trabalho "oba-oba", oferecendo aumentos desordenados para todo mundo. E a polícia militar, essa instituição, ele dizia: "O trem da alegria". Imediatamente liguei para aquele canal de televisão, me apresentei, para que no dia seguinte lá eu pudesse comparecer, para naturalmente administrar alguma coisa no sentido de dizer a Sua Excelência: "Trem da alegria, uma ova!"

Não se caracteriza da forma pejorativa, degradante como Sua Excelência veio atribuir. Não existe "trem da alegria" na Polícia Militar. Existem incansáveis batalhadores, sofredores desta política salarial e Sua Excelência achou naturalmente a forma cômoda de assim tentar definir.

E no dia 5, quando lá me encontrei, encontrei também o Presidente que, naturalmente sensibilizado, às vésperas da aprovação desta Carta de Leis, tentava denegrir e desmoralizar todo este Parlamento, todo este Poder.

Foi inoportuno. Quando isto ainda não era suficiente, ele voltava dias depois para tentar analisar e avaliar a situação política salarial de todo o funcionalismo público deste Estado. E eu quero vos dizer, Sr. Procurador e Sr. Governador, o clima de impacto, o clima de inquietude e de expectativa que Vossa Excelência vem criando neste Estado é deveras bastante desagradável.

Hoje também assisti pela manhã vosso Secretário dizendo que nós aqui estendemos aumentos a todo mundo, quando vários pro-

jetos foram encalhados por Vossa Excelência a esta Casa. Não fizemos mais do que a nossa obrigação. E aqui, num raciocínio baixinho eu vou tornar alto para que todos, e em especial Vossa Excelência, atente para o que nós vamos lhe dizer: Não é um argumento válido Vossa Excelência dizer que a inflação não permite Vossa Excelência pagar condignamente e condizentemente o funcionário. Não é este estado de coisas.

Um dia eu disse que a maior placa que um governo poderia naturalmente administrar seria a placa do social. E atende bem para essa realidade. Pode ser retomado dentro do seu plano de governo uma forma ou uma maneira condizente e condigna, e assim retomando poder atender naturalmente quem realmente necessita e precisa.

Hoje assisti como ontem, e vem de há muito, até o nível federal os funcionários estão a procura de uma solução buscando sensibilizar o Governo para que se estabeleça também lá uma isonomia no sentido de dar, oferecer e estender ao funcionário do Executivo aquilo que os outros dois Poderes conseguiram.

E o Governo está tentando administrar como nós vimos hoje, a desagradável Ministra do Trabalho assim fazer. A isonomia da Polícia Militar, Sr. Governador, Sr. Procurador, preclaros companheiros, estão pautadas no artigo 42, § 1º, da Constituição Federal, prerrogativas que se estendem às forças auxiliares e outras forças armadas. Não vejo porquê Vossa Excelência arguir, ameaçar e criar um clima de intranquilidade que hoje existe no aparelho, no sistema de segurança pública e em especial na Polícia Militar. É um clima de intranquilidade.

A Polícia caminha para uma expectativa de um abandono. E se isto ocorrer eu vou atribuir a responsabilidade a Vossa Excelência. Porque alguém há de ser responsável pelo estado de coisas. Pode muito bem administrar, sem que para tal tente demonstrar a comunidade paranaense que nós outros somos irresponsáveis, que não temos condições para poder administrar o nosso Estado. Eu vou interromper meu raciocínio para ceder o aparte ao prezado companheiro Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu só quero, me permita Deputado Raul, deixar registrado nesta Casa, na primeira página dos jornais de Londrina, a "Folha de Londrina" e o "Jornal de Londrina".

O "Jornal de Londrina" coloca na primeira página, dois policiais andando no calçadão da cidade, e embaixo uma matéria, que vou fotocopiar e trazer aos Srs., é a realidade, a Polícia Militar do Estado do Paraná está esvaziando, está indo embora

para o Mato Grosso, para São Paulo, porque lá se pagam outros salários. E o salário do policial militar do Paraná é o pior salário da Nação brasileira, Deputado Raul Lopes. E o "Jornal de Londrina" mostrou uma verdade hoje no seu primeiro caderno, e eu quero que fique nos Anais desta Casa a manchete deste jornal, onde mostra a realidade dos fatos.

Os nossos policiais estão indo embora, têm policiais que preferem trabalhar como serventes de pedreiros que estarem arriscando a sua vida nas mãos dos marginais que assaltam, estupram, violentam, rasgam os nossos direitos e os direitos das nossas famílias por um salário de miséria. E quando morre um bandido, tem direitos humanos, quando morre um policial que luta pela família, contra a violência das drogas, contra o estupro, contra o latrocínio, este policial não tem direitos humanos no Paraná e na Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. RAUL LOPES - Companheiro, muito bem.

Eu quero me congratular com o companheiro, e eu estou tentando dizer aqui, não entro em detalhes porque é humilhante o que a instituição está passando, esta instituição está fadada a falir, como há de falir qualquer empresa por falta de recurso, porque a falta de sensibilidade deste Governador, é tamanha e não atenta para a realidade.

A sociedade irá sofrer o ônus desta situação. Por isso, em parte, eu digo e vim correndo a esta tribuna para dizer: É lamentável, tomara Deus que este homem se sensibilize para a realidade do que ele vem fazendo neste Estado do Paraná.

Muito obrigado, companheiro.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do candidato a Presidente, Armando, e suspende por cinco minutos a sessão, para que os Srs. Deputados que queiram cumprimentar o presidenciável, possam fazê-lo.

(É suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 59/89, de autoria da Comissão Executiva, que fixa remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado. Aprovado. (Publ. no DA. n° 10, de 20.03.89).

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O que é que aconteceu com o meu requerimento de preferência de votação dos Projetos 226/89 e 281/89?

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Regimentalmente, a Redação Final tem preferência sobre o seu requerimento. Agora nós vamos votar o seu requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas, Vossa Excelência já tinha encaminhado a discussão da 4.ª, a discussão do 58. Então, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Agora um requerimento do Deputado Antônio Martins Annibelli, requerendo preferência para a 4.ª Discussão- do Projeto de Resolução n° 58/89.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas o requerimento não foi apreciado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Mas está sendo apreciado agora.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 58/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Será registrado o voto contra de Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente.

diente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n's 226/89 e 281/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI - Eu registro o meu voto, Senhor Presidente, ao contrário do que ele fez ao meu requerimento, em favor dos funcionários da Assembléia, em homenagem aos queridos funcionários do Tribunal de Justiça.

Favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Nós reconhecemos a elegância de Vossa Excelência, e será registrado o seu voto favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 58/89, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Estou concordando com esta aprovação do Projeto de Resolução n° 58/89, porém, não posso de maneira nenhuma concordar com a Emenda de Plenário apresentada em 4.<sup>a</sup> Discussão, de autoria de Sua Excelência, o Deputado Acir Mezzadri, e outros Deputados, que subscrevem a tal emenda.

Na semana passada usei esta tribuna e denunciei o descumprimento da Constituição do Estado do Paraná, no reajuste concedido aos vencimentos de Suas Excelências, os Deputados Estaduais; por que estavam descumprindo a nova Constituição do Estado do Paraná, onde diz que:

"Os Deputados Estaduais terão o mesmo percentual, na mesma data que têm os funcionários públicos do Estado".

E neste mês não teve nenhum aumento para o funcionalismo público, e no entanto, nós tivemos um aumento inconstitucional, contra a Constituição do nosso Estado.

Aqui, tem mais um exemplo, Senhor Presidente e Senhores Deputados: diz claramente, com todas as letras, que todo o funcionalismo do nosso Estado, integrantes dos três Poderes - o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário - têm um regime único, que será o estatutário, e que o ingresso somente será mediante concurso público, ressalvada a necessidade temporária.

Agora, estamos vendo na Ordem do Dia uma emenda a um projeto de lei que diz que fica criada a Auditoria do Poder Legislativo, subordinada, diretamente, à Comissão

Executiva e organizada através de Decreto Legislativo. Isto aqui é um crime contra a nova Constituição, que nós promulgamos há vinte dias atrás, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Diz mais: que a Auditoria se compõe de vinte membros, dez cargos de Auditores A, com vencimento básico e vantagens iguais ao Procurador da Assembléia Legislativa deste Poder e dez cargos de Auditores B, com vencimentos e vantagens na base de 90% (noventa por cento) dos valores atribuídos aos Auditores A. Mais um desrespeito à Constituição do Estado do Paraná um desrespeito a mais à Constituição Federal que diz que não pode vincular salário de uma categoria a outra. Está aqui vinculando os vencimentos dos Auditores aos dos Procuradores da Assembléia Legislativa. Por que ficamos aqui um ano fazendo Constituição, Srs. Deputados? Nós ficamos aqui feito bobos para cumprir o que interessa, e o que não interessa fechar os olhos? Desrespeitar a hora que interessa?

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu fui acusado de deselegante nesta sessão. Deselegante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é desrespeitar a Lei que nós fizemos! Deselegante, Senhor Presidente, é criar uma Auditoria que não estão explicadas aqui as necessidades.

Parece-me, Senhor Presidente, pelas justificativas apresentadas, que está se procurando preparar terreno para arrumar uma "boquinha" para aqueles que não se re-elegerão o ano que vem. Porque aqui diz o seguinte:

"Serão providos dentre cidadãos com reputação ilibada e notória experiência Parlamentar, na forma do Decreto de que trata o "caput" deste Artigo," que é através de Decreto Legislativo.

Não posso concordar, de maneira nenhuma, e apelo aos Senhores Deputados. É uma barbaridade o que está ocorrendo neste momento nesta Casa. Concordo com a opinião de alguns Parlamentares que o Poder Executivo está passando a "linha vermelha", concordo, mas tenho que concordar também que nós, do Poder Legislativo, do jeito que está indo, eu quero deixar avisado nesta tribuna se continuar do jeito que está, tem que aumentar estas vagas aqui. Vinte é muito pouco, por que desse jeito tem que arrumar 50 (cinquenta) vagas o ano que vem, porque cinquenta dos que aqui estão não voltarão mais, se continuar desse jeito, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Por isso, faço um apelo a este Plenário: está na hora, está passando a hora já, de nós criarmos um pouco mais de juízo no lugar, olhar para a realidade, olhar os recursos públicos de onde vêm e vamos prestigiar este Poder, não advogando em

causa própria. Para criar o quadro de funcionalismo público desta Casa, faz quatorze anos que se fala, que se promete e até hoje nada.

Agora que se começa a mexer no quadro, se enfia um monte de barbaridades que a gente não sabe o porquê.

Por que os auditores? Um quadro de Auditoria na Assembléia Legislativa, 20 Auditores? Isso aqui é uma barbaridade, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Então, deixo aqui registrado o meu voto favorável ao projeto, mas contra essa emenda absurda, porque ela está preparando a cama, às custas dos cofres públicos, às custas do chapéu alheio. Está preparando a cama para aqueles companheiros nossos que no exercício do mandato legislativo não foram competentes, não foram sérios e querem arrumar uma boquinha para garantir o seu futuro com salário alto, sem produzir nada para o serviço público estadual.

Fica aqui registrado o meu voto contrário a essa emenda absurda, a esse projeto de lei que, no qual, não está contemplada a vontade dos servidores públicos da Assembléia, mas grande parte está contemplada, quero votar a favor do projeto, mas contra essa emenda espúria e absurda.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nós também não entendemos a colocação desta emenda e estranhamos até o fato de que o autor desta emenda nem sequer está no plenário para defendê-la.

Nós estamos aqui, perdidos, sem saber na verdade qual é o conteúdo desta emenda, qual é o significado dela, se realmente há necessidade, pode até que exista a necessidade desses auditores aqui na Assembléia. Nós sabemos que o quadro da Casa, está a cada ano que passa diminuindo. Estamos apenas com praticamente CLTs nesta Casa.

Agora não podemos entender, inclusive a maneira como serão contratados esses auditores, dentre os cidadãos com reputação ilibada e notória experiência Parlamentar.

Quem vai conferir isso? De que maneira?

Vamos pedir a ficha corrida da Polícia?

A ficha nos cartórios de protesto, o que é que vai se pedir para comprovar isso aqui.

A Bancada do PDT, tenho certeza que o Deputado Rafael Greca endossa, os Deputados ausentes hoje aqui no Plenário da nossa Bancada, não permitirão, não aprovarão esta emenda.

Digo mais até, ela nem poderia ser aprovada nesta Casa, neste momento, não existe quorum suficiente para nós tocarmos a sessão, mas em homenagem aos funcioná-

rios aqui presentes, a Bancada do PDT não vai pedir a verificação de quorum, vamos votar o projeto, mas contra essa emenda que é um tanto quanto cabeluda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sem a sinistroze levantada nesta tribuna pelo nobre Deputado Pedro Tonelli e nem concordando com as dúvidas do Deputado Algaci Túlio, para avaliar e para medir a capacidade de um cidadão, isso é coisa fácil, basta consultar os Anais da Casa e já se vê quem tem experiência legislativa ou não.

Mas, sem me ater a esses dois pronunciamentos, que eu respeito muito, eu votarei contrariamente a emenda, Senhor Presidente. Não que eu queira ser falso moralista ou vestal desta Assembléia Legislativa, absolutamente. Eu voto pela inoportunidade e porque não encontra amparo dentro da lei maior, porque o Tribunal de Contas existe para que?

O que fazem os auditores do Tribunal de Contas do Estado? É exatamente auditoria nas contas públicas, incluindo o Poder Legislativo.

Por isso votarei contrariamente à emenda, nas faço um apelo, aos Senhores Deputados, da mesma forma que o Deputado Algaci Túlio nós estamos vendo que a Casa não tem quorum suficiente, mas estão aqui funcionários ansiosos porque estão com vencimentos defasados, ansiosos por verem esta Casa trabalhar e votar mensagem do Poder Judiciário, que ameniza a situação do funcionário e também o funcionalismo da Casa, que há muitos anos esperava por uma reestruturação.

Então por isso eu faço um apelo aos Senhores Deputados, para que mesmo sem quorum votemos essas matérias.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Questão de Ordem) - Nós queremos aqui, em nome da Bancada do PSDB, também declarar o nosso voto contrário a essa emenda e seremos a favor do projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - A Bancada do PRN também vota contra a emenda, só a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

Esta Presidência vai colocar em votação projeto que está em discussão, a emenda ressaltado o projeto. Mas, esta Presidência entende que não há quorum para aprovação deste projeto, apenas para prosseguimento da sessão. Eu pediria ao 1º Secretário que faça chamada nominal para constataremos isto, se não vai ficar difícil aqui para a Presidência nós aprovarmos uma coisa que não tem quorum para aprova-

Segunda-feira próxima.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHEITI (Pela Ordem)  
- Eu pediria a V.Exa. então, porque nós temos um projeto aí, o 129/89, eu tenho uma emenda a este projeto e da maneira que está, Senhor Presidente, nós não vamos ter condições nem de aprovar o projeto e muito menos a minha emenda também, que eu quero discuti-la em plenário hoje, amanhã ou depois.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - V.Exa. pode discutir amanhã, mas eu solicitaria ao 1º Secretário que fizesse a chamada nominal para nós vermos o quorum, se não nós estaremos fazendo uma coisa inconsequente. (VOZES PARALELAS). Sem quorum não podemos prosseguir a sessão... (VOZES PARALELAS) matérias aqui hoje apresentadas.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Eu solicito a chamada nominal e depois eu passarei a palavra pela ordem, a V.Exa.

O SR. PEDRO TONELLI - A minha Questão de Ordem é anterior a chamada, Senhor Presidente. Eu proponho à Mesa que para resolver a polêmica vote antes os dois projetos de interesse do Poder Judiciário e depois se discute...

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Nós estaríamos, inclusive, prejudicando o Poder Judiciário porque amanhã se algum levantar que não tinha quorum em Plenário o próprio Poder Judiciário estaria prejudicado. Então esta Presidência está com esta responsabilidade neste momento.

Por isso esta Presidência solicita ao 1º Secretário que faça a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal para verificação de quórum).

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - 21 (vinte e um) Senhores Deputados responderam a chamada. Não há quorum infelizmente para deliberação das matérias, mas apenas para prosseguimento da sessão. Esta Presidência encerra a discussão das matérias que se encontram sobre a Mesa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, hoje é quinta-feira. Quando é que teremos sessão novamente?

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós pediríamos então à Presidência da Casa, à Comissão Executiva que fizesse um apelo aos Senhores Parlamentares porque nós sabemos que é um período difícil, um período eleitoral, muita gente está viajando, acompanhando os presidenciáveis. Mas, fazemos um apelo para que a Comissão Executiva convoque os Senhores Deputados para que possamos zerar a pauta e com projetos aqui importantíssimos porque senão depois só no ano que vem. Nós fazemos esse apelo então, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - V.Exa. tem razão e nós também, a Presidência, gostaríamos de fazer um apelo a todos os Senhores líderes de partido para que convoquem os seus liderados para que não aconteça o que aconteceu hoje: o pessoal do Judiciário necessitando desse projeto e nós não tivemos quorum para aprovação, lamentavelmente.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que majora os vencimentos dos servidores e serventuários do quadro de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, vigentes em outubro de 1.989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1.989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85%. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA por unanimidade. Encerrada a discussão.

Passaremos a apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/89, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que denomina de DEPUTADO ARNALDO BUSATTO a Rodovia PR-281, de Mangueirinha até o entroncamento com a estrada federal BR-163, no Município de Planalto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/89, de autoria do Deputado ANIBAL



KHURY, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal a Oracina Pereira, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 60/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Legislativo e dá outras providências. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 129/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera a Redação dos dispositivos que especifica, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1.980 e adota outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 280/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que dispõe sobre o reajuste dos Funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1° de novembro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 65/88, de autoria do Deputado ANTONIO BÁRBARA, que dispõe sobre a obrigatoriedade na doação do Vale-Transporte, na forma da Lei n° 7.418, de 16 de dezembro de 1.985, para os Servidores Públicos Estaduais, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 17 de 04.04.88).

Comissão de Constituição e Justiça  
PROJETO DE LEI N° 065/88

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Antônio Bárbara, dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do Vale-Transporte, na forma da Lei n° 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para os servidores públicos estaduais, na forma que especifica.

A medida proposta possui elevado alcance social, vindo a beneficiar os servidores públicos estaduais.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional ou legal, estando de acordo com a Lei n° 7.418, de 16 de dezembro de 1985.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.88  
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA -Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 065/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, tem por finalidade a adoção do Vale-Transporte aos funcionários públicos estaduais, de conformidade com a Lei n° 7.418, de 16 de dezembro de 1.985.

Manifestando-se a respeito, a douta Comissão de Constituição e Justiça, opinou favoravelmente a sua aprovação, dada à inexistência de impedimentos de ordem jurídico legal e constitucional.

No que tange a esta Comissão, o parecer lhe é favorável, visto o alto alcance social da medida postulada, que virá, com a sua conseqüente aprovação, minimizar os elevados ônus que já pesam sobre a classe dos funcionários públicos estaduais.

Nestas condições, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.88  
(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N° 065/88

PARECER:

O projeto de lei do nobre Deputado Antônio Bárbara, possui como escopo principal o alcance social que o benefício da adoção obrigatória do Vale-Transporte trará aos funcionários públicos em geral.

Em razão do grande alcance social implícito por esta importante medida de ordem legal, somos de parecer favorável pela sua aprovação.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.89  
(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/88, de autoria do Deputado VALDERI VILELA, que dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Transmissão de bens imóveis - ITBI, inter-vivos e causa-mortis, será levado sempre em consideração o valor venal do imóvel avaliado pelo Município onde o imóvel estiver localizado, ficando proibido a avaliação do Estado, na forma que especifica. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n° 54 de 08.06.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 158/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado VALDERI



VILELA, objetiva o presente plano de lei dispor sobre o valor dos bens imóveis na transmissão causa-mortis e inter-vivos, ou de direitos a eles relativos.

Analisando-o à luz da Constituição Federal de 1988, chegamos as seguintes conclusões:

I - O imposto de transmissão "inter-vivos" passou a ser de competência dos municípios (art. 156, II, da C.F.), portanto, não pode o Estado legislar sobre o mesmo;

II - O imposto de transmissão "causa mortis" é de competência do Estado (art. 155, I, a, da C.F.), portanto, tem o Estado ampla liberdade de legislar sobre o mesmo;

III - O artigo 4º do Projeto em análise, institui a responsabilidade criminal do avaliador, portanto, contraria o disposto no inciso I, do artigo 22 da Constituição Federal, já que compete privativamente à União legislar sobre matéria de direito penal.

Em tais circunstâncias, somos CONTRÁRIO a APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nos termos que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.89.

(aa) Cândido Bastos

Presidente

Djalma de Almeida César

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 158/88

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valderi Vilela versa a incidência dos impostos de transmissão "inter-vivos" e "causa-mortis".

Dada a incompatibilidade de alguns de seus artigos com o disposto pela Constituição Federal quanto a competência impositiva das pessoas jurídicas de Direito Público e considerando-se o embargo que sua aprovação poderia criar da forma como foi proposto, somos de parecer CONTRÁRIO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.89.

(aa) Quiélse Crisóstomo

Presidente

Ezequias Losso

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/88, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA", com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n° 63 de 20.06.88)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 185/88

O projeto em tela já foi objeto de parecer deste relator, onde, naquela oportunidade, foi requerido, junto ao seu autor, ilustre Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, o cumprimento de determinados requisitos previstos na lei aplicável à espécie.

Sanadas aquelas omissões, encontra-se o projeto devidamente instruído, não havendo, conseqüentemente, óbices de caráter legal ou constitucional que obstaculem sua normal tramitação por essa Casa de Leis, bem como, sua aprovação.

Nestas condições, o parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.89.

(aa) Cândido Bastos

Presidente

José Afonso Júnior

Relator

#### COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

##### PROJETO DE LEI N° 185/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido Parecer, o presente Projeto de Lei n° 185/88, de autoria do nobre Deputado José Rogério Carvalho, que visa declarar de UTILIDADE PÚBLICA a "Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA", com sede e foro nesta Capital. A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo relatório de atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o Consumidor a sua declaração de utilidade pública estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução n° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.89.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 239/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 96/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio, o imóvel urbano medindo 152.571,09m<sup>2</sup>, no lugar denominado Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob n° 1266, protocolo n° 6182, do livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publica-

do no D.A. n° 83 de 15.08.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 239/88

## PARECER:

Pela Mensagem n° 96/88, veio ter a esta Casa, projeto de lei que leva o n° 239/88, através do qual pretende-se autorização para doar ao Município de Primeiro de Maio, o imóvel urbano medindo 152.571,09m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob o n° 1266, protocolo n° 6182; do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Analisando a proposição, constata-se que não há óbice constitucional ou legal a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, e convencidos do acerto da medida pela justificativa que acompanha a iniciativa, manifestamo-nos pela aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 239/88

## PARECER:

Analisando a Mensagem n° 96/88, do Poder Executivo, que encaminha o Projeto de Lei n° 239/88, que autoriza doar ao município de Primeiro de Maio o imóvel urbano medindo 152.571,09m<sup>2</sup>, situado no Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob o n° 1266, registrado no Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Constatamos que a proposição está dentro das normas constitucionais, não existindo impedimento para a sua tramitação.

Assim sendo, e convencidos do acerto da medida pela justificativa apresentada, e o benefício que será prestado àquela comunidade, manifestamo-nos pela aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.06.89.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO

Analisando a Mensagem 96/88, do Poder Executivo, que encaminha o Projeto de Lei n° 239/89, que autoriza doar ao município de Primeiro de Maio o imóvel urbano medindo 152.571,09m<sup>2</sup>, situado no Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob n°

1266, registrado no Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Constatamos que a proposição está dentro das normas constitucionais, não existindo impedimento para a sua tramitação.

Assim sendo, e convencidos do acerto da medida pela justificativa apresentada e o benefício que será prestado àquela comunidade, manifestamo-nos pela aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.89.

(aa) QUIÉLSE CRISÓSTOMO

Presidente

DIRCEU MANFRINATO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita Amor e Caridade", com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n° 111 de 25.10.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 295/88

## PARECER:

De autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, o plano de Lei ora em análise, objetiva declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Espírita Amor e Caridade", com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O processo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto qualquer óbice tanto de natureza legal ou regimental, para sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 61/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 38/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar aos respectivos ocupantes os imóveis constituídos pelos lotes n°s 45-E, da Seção Água Grande, e 41-B, da Seção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C. e C.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado do D.A. n° 11 de 21.03.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 61/89

## PARECER:

Objeto do presente exame, o Projeto de Lei n° 61/89, origina-se da Mensagem Governamental n° 38/89, e objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF - aos seus ocupantes, os lotes n°s 45-E, da Secção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, do Município de Engenheiro Beltrão, com a área de 5,00 hectares cada um, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão sob n° 6084 e 6085.

O presente plano de lei, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois a alienação proposta dos referidos lotes, é de fundamental necessidade, a fim de que o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná, possa regularizar a situação dos legítimos ocupantes dos referidos imóveis.

Convencidos plenamente dos superiores interesses do presente plano de Lei, e a não existência de qualquer impedimento, tanto Legal, Constitucional ou Regimental para sua perfeita tramitação e consequente aprovação por esta Casa de Leis, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua final aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E  
COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 061/89

## PARECER:

Quando da Mensagem Governamental n° 38/89, o Plano de Lei em análise autoriza o Poder Executivo a alienar aos respectivos ocupantes os imóveis constituídos pelos lotes n°s 45-E, da Secção Água Grande e 41-B, da Secção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, município de Engenheiro Beltrão, com área de 5,00 hectares cada um, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão sob o n° 6084 e 6085.

A proposta em questão vem a atender aos altos interesses da Administração, visto que a alienação proporcionará a regularização da situação dos legítimos ocupantes dos referidos imóveis.

Assim o passar pela Comissão de Constituição e Justiça veio a receber da mesma pronunciamento favorável, tendo em vista que ele virá a atender aos altos interesses da Administração e que nos planos Legal, Constitucional ou Regimental inexistem óbices que possam prejudicar o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta

Casa de Leis.

Esta douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar, vem a fazê-lo favoravelmente, seguido o entendimento da Comissão já citada.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.89.

(aa) QUIÉLSE CRISÓSTOMO

Presidente

NAMIR PIACENTINI

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PROJETO DE LEI N° 061/89

## PARECER:

Pela análise realizada no projeto de lei ora proposto através da Mensagem Governamental n° 038/89, verificamos ser altamente meritória tal propositura, tendo em vista o acolhimento aos interesses da Administração Pública, em regularizar a situação dos legítimos ocupantes dos imóveis inclusos no presente projeto de lei.

Em face do exposto, somos de parecer favorável a aprovação deste Projeto.

Sala das Comissões, em

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/89, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA HELENA, com sede e foro na cidade de Santa Helena. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n° 69 de 14.08.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 196/89

## PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Helena - APAE", com sede e foro na cidade e Comarca de Santa Helena.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei N° 6994, de 10/01/78, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 29/04/88, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta o bem estar, a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais onde quer que

se encontrem, estimula os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente a Aprovação do Projeto de Lei N° 196/89.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 222/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à União dos Escoteiros do Brasil. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n° 78 de 31.08.89)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 222/89

PARECER:

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à União dos Escoteiros do Brasil.

Sendo o imóvel, objeto da medida, bem público pertencente ao Estado do Paraná, não se vislumbra qualquer inconstitucionalidade na sua doação pelo Poder Executivo à União dos Escoteiros do Brasil, Grupo Marechal Rondon pois que, sendo titular de seu domínio, pode do bem, livremente dispor.

Por outro turno, o motivo que desencadeou o presente Projeto de Lei, justifica sua aprovação diante da inegável importância e valia da medida, eis que o destino dado pela União dos Escoteiros do Brasil Grupo Marechal Rondon ao imóvel desde o ano de 1985 é de interesse público.

O grupo beneficiário da doação declarado de Utilidade Pública pela Lei Estadual n° 7941, de 08.11.84, promoveu a restauração do Patrimônio Histórico do local, acolheu 140 famílias às suas próprias expensas, o que vai de encontro aos objetivos fixados pela Constituição relativamente à ordem social.

Posto isso, somos de PARECER FAVORÁVEL pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PROJETO DE LEI N° 222/89

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visa autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à União dos Escoteiros do Brasil.

A proposta em questão, ao passar pela Douta Comissão de Constituição e Justiça veio a merecer da mesma parecer Favorável, por inexistir impedimento de natureza constitucional na doação em questão, visto que o Poder Executivo, sendo titular de seu domínio pode dispor livremente do mesmo. Além disso a matéria encontra-se em conformidade com o artigo 21 da C.E.

Cabe ressaltar aqui que o motivo pelo qual a doação veio a se desencadear, vem a justificar a sua aprovação frente a inegável importância e valia da medida, pois a destinação do mesmo é de interesse público desde 1985.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações chamada a opinar favoravelmente pela presente medida, por concluir que na mesma nada existe que possa vir a prejudicar o seu trâmite normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 16.10.89.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 232/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Francisco Carneiro Martins - Ensino de 2° Grau", com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicada no D.A. n° 81 de 19.09.89)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 232/89

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Francisco Carneiro Martins" - ensino de 2° grau, com sede e foro no município de Guarapuava.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 234/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda - ASSEFACRE". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 81 de 19.09.89)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 234/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Lauro Lobo Alcantara, o plano de lei em tela tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda" - ASSEFACRE, com sede e foro no Município de Curitiba, Paraná.

Trata-se de uma sociedade civil, com personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos e que vem a representar e defender os interesses gerais dos associados, na defesa de seus interesses trabalhistas, quer sejam coletivos, de categoria ou individuais. Além disso, os membros da Diretoria desta Associação, não recebem nenhuma remuneração pelo trabalho desenvolvido na mesma, conforme declaração neste sentido que acompanha a presente proposta.

Portanto, o processado encontra-se amparado pela legislação própria, vale dizer, pela Lei n° 6.994/78 a qual estabelece as normas de declaração de utilidade pública, no âmbito estadual.

Assim, esta douta Comissão de Constituição e Justiça ao ser chamada a opinar, através de seu Relator, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela presente medida, dada a inexistência de óbices nos planos legal, constitucional e regimental que possam vir a prejudicar o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Nestas condições, opinamos FAVORAVELMENTE, sendo pois pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 234/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 255/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que altera a redação da Lei n° 8.624, de 08.12.87, que cria o Município de Nova Tebas, passando a vigorar conforme

especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 85 de 03.10.89).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 255/89

P A R E C E R:

Através do presente projeto de lei o ilustre Deputado Cândido Bastos pretende alterar a redação da Lei n° 8.624, de 08/12/87, que cria o Município de Nova Tebas.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental. Tal medida é necessária face o Ofício recebido do IBGE, cujo teor visa sanear erro na definição das divisas contidas na lei que cria o referido Município.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.10.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 61/89 (Mensagem n° 74/89 ex-Proposição n° 63/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, celebrar convênios com a Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS, visando a realização de obras de infra-estrutura para construção de um estaleiro naval em Paranaguá. Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2239, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Encerrada a Discussão.

Requerimento de n° 2241, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Encerrada a Discussão.

Requerimento de n° 2245, de autoria da Senhora Deputada Anélia Hruschka, constante do expediente. - Encerrada a Discussão.

Requerimento de n° 2246, de autoria da Senhora Deputada Anélia Hruschka, constante do expediente. - Encerrada a Discussão.

Requerimento de n° 2247, de autoria da Senhora Deputada Anélia Hruschka, constante do expediente. - Encerrada a Discussão.

Requerimento de n° 2248, de autoria da Senhora Deputada Anélia Hruschka, constante do expediente. - Encerrada a Discussão.

Requerimento de n° 2249, de autoria da Senhora Deputada Anélia Hruschka, constante do expediente. - Encerrada a Discussão.

Requerimento de n° 2250, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2251, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 2252, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 2253, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 2254, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 2255, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 2262, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2240, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Pedro Tonelli, Cândido Bastos, Ezequias Losso e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2227, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2230, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2232, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2242, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2243, de autoria do

Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2257, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados José Afonso Júnior, Nilton Barbosa, Anibal Khury e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2258, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2259, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2260, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2264, de autoria do Senhor Deputado José Pelinto, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de n° 2256, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente.- **Encerrada a Discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 109, 208, 226 e 281/89, e do Projeto de Resolução n° 60/89.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 129 e 280/89.

##### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 65, 158, 185, 239 e 295/88, 61, 196, 222, 232, 234 e 255/89.

**Levanta-se a Sessão.**